

# A INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA DO PETRÓLEO NA AMÉRICA LATINA: BREVES NOTAS SOBRE A FORMAÇÃO DA PETROCARIBE

Gustavo Menon<sup>1</sup>

Este artigo aborda, de modo introdutório, a criação do projeto Petrocaribe, cuja ascensão está inserida em meio ao reposicionamento da Venezuela como ator fundamental nas relações econômicas e energéticas na região da América Latina, em meio à promoção da Revolução Bolivariana, iniciada em 1998, com a eleição do presidente venezuelano Hugo Chávez Frias. Nesse sentido, num primeiro momento, abordaremos a configuração da Petrocaribe durante as disputas dos projetos de integração econômica presentes na América Latina entre o final dos anos 1990 e a transição para os primeiros anos do século XXI, especialmente os modelos de integração concebidos pela Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América-Tratado de Comércio dos Povos (Alba-TCP). Feito isso, explanaremos a natureza do projeto político da Petrocaribe, destacando a participação da Venezuela como país importante para se pensar a integração energética na região do Caribe e, ao mesmo tempo, sendo um ator central na temática de integração energética no subcontinente. Por fim, apresentaremos um breve balanço dos dez anos de atividade do bloco e, acima de tudo, os desafios e contribuições da Petrocaribe em meio a um cenário de queda dos preços do barril de petróleo no mercado internacional.

**Palavras-chave:** Petrocaribe; petróleo; integração energética; Venezuela; Alba; PDVSA.

## OIL ENERGY INTEGRATION IN LATIN AMERICA: BRIEF NOTES ON THE FORMATION OF PETROCARIBE

This article intends approaches, in an introductory way, the creation of the Petrocaribe project, whose rise is inserted in the middle of the repositioning of Venezuela as a fundamental actor in the economic and energetic relations in the region of Latin America, amid the promotion of the Bolivarian Revolution, initiated in 1998, with the election of Venezuelan president Hugo Chavez Frias. In this sense, we will first look at the configuration of Petrocaribe during the disputes of the economic integration projects in Latin America between the late 1990s and the transition to the first years of the 21st century, especially the integration models conceived by the Free Trade Area of the Americas (FTAA) and Bolivarian Alliance for the Peoples of Our America-Peoples' Commerce Treaty (Alba). Having done so, we will explain the nature of Petrocaribe's political project, highlighting the participation of Venezuela as an important country in order to think about energy integration in the Caribbean region and, at the same time, being a central player in the subject of energy integration in the subcontinent. Finally, we will present a brief review of the group's ten years of activities and, above all, the challenges and contributions of Petrocaribe amid a scenario of falling oil prices in the international market.

**Keywords:** Petrocaribe; petroleum; energy integration; Venezuela; Alba; PDVSA.

---

1. Professor doutor na Universidade Católica de Brasília (UCB); pós-doutorado em direitos humanos pela Universidade de Salamanca (Usal), na Espanha; doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (Prolam/USP); pesquisador do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Neils/PUC-SP); e pesquisador no grupo de trabalho China e o Mapa do Poder Mundial do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso), na Argentina. Orcid: <<https://orcid.org/0000-0003-1057-027X>>. E-mail: <[gustavo22menon@gmail.com](mailto:gustavo22menon@gmail.com)>.

## LA INTEGRACIÓN ENERGÉTICA-PETROLERA EN AMÉRICA LATINA: BREVES APUNTES SOBRE LA FORMACIÓN DE PETROCARIBE

Este artículo aborda, de manera introductoria, la creación del proyecto Petrocaribe, cuyo surgimiento se inserta en medio del reposicionamiento de Venezuela como actor clave en las relaciones económicas y energéticas de la región latinoamericana, en medio del impulso de la Revolución Bolivariana, iniciada en 1998 con la elección del presidente venezolano Hugo Chávez Frías. En este sentido, abordaremos en primer lugar la configuración de Petrocaribe durante las disputas de proyectos de integración económica presentes en América Latina entre finales de la década de los noventa y la transición a los primeros años del siglo XXI, especialmente los modelos de integración diseñados por el Área de Libre Comercio de las Américas (Alca) y el Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América-Tratado de Comercio de los Pueblos (Alba). A continuación, explicaremos la naturaleza del proyecto político de Petrocaribe, destacando la participación de Venezuela como país importante para pensar la integración energética en la región del Caribe y, al mismo tiempo, como actor central en el tema de la integración energética en el subcontinente. Finalmente, presentaremos un breve balance de los diez años de actividades del bloque y, sobre todo, los retos y contribuciones de Petrocaribe en medio de un escenario de caída de los precios del barril de petróleo en el mercado internacional.

**Palabras clave:** Petrocaribe; petróleo; integración energética; Venezuela; Alba; PDVSA.

JEL: N16; N46; N66.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/rtm30art12>

Data de envio do artigo: 28/11/2022. Data de aceite: 11/12/2022.

*Basta ler a imprensa europeia – qualquer que seja – e refletir sobre o seu modo de encarar os atos das nações sul-americanas (...) todos, inclusive estes, foram acordes em condenar a pobre Venezuela. (...) A unanimidade contra a república sul-americana foi, porém, sublime de perfeita. E ninguém se demorava em dar os motivos dessa condenação: é uma república sul-americana – isto vale um libelo. São nações que não podem ter razão.*

Manoel Bonfim<sup>2</sup>

### 1 INTRODUÇÃO: NOVO QUADRO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA NA AMÉRICA LATINA – ALBA, UNASUL E CELAC COMO BLOCOS DE NEGAÇÃO À ALCA NA AMÉRICA LATINA

Durante os anos 1980 diversas teses foram concebidas para se pensar a retomada do crescimento latino-americano. Em meio a um cenário marcado por fortes pressões da crise da dívida externa e, ao mesmo tempo, em uma conjuntura do final da Guerra Fria, com evidentes sinais de desgaste por parte do bloco soviético, as concepções cepalinas passaram a ser alvo de críticas por teóricos e políticos neoliberais. Como laboratório inicial, o Chile, sob o golpe de Estado de Augusto Pinochet, em 1973, ingressou em um programa de privatizações, abertura comercial e uma forte política de controle de gastos públicos aliadas à desregulamentação trabalhista.

---

2. Trecho da obra *América Latina: males de origem*, publicado originalmente em 1905.

A agenda dos economistas da Escola de Chicago se efetivou após a experiência do governo democraticamente eleito de Salvador Allende e sua Unidade Popular (UP), abrindo o caminho para o neoliberalismo e o Consenso de Washington na América Latina.<sup>3</sup>

Passado o período das ditaduras militares na região e com fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), teóricos saudaram a globalização que retomava uma dinâmica de internacionalização dos capitais frente à ascensão de novas tecnologias e em consonância com a consolidação do capital financeiro mundial. Ideias sobre imperialismo, globalização e a elaboração de uma área de livre comércio para a região da América Latina – Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (North American Free Trade Agreement – Nafta) – se fizeram presentes durante toda década de 1990. Francis Fukuyama, economista e teórico norte-americano, em sua obra *O Fim da História e o Último Homem* (Fukuyama, 1992), registrou o final da história com a hegemonia e o triunfo do modo de produção capitalista. A partir daí, o que se preconizava era que nações, governos e empresas deveriam adotar posições e perspectivas ligadas às teses do livre mercado – sobretudo, abraçar o receituário promovido por economistas ortodoxos e ratificado por instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Entre outras medidas que os governos deveriam implementar, destaca-se: i) a redução dos gastos públicos; ii) juros e câmbio de mercado; iii) abertura comercial; iv) investimento estrangeiro direto, com eliminação de todas as restrições; v) privatização de empresas estatais e, concomitantemente, vi) desregulamentação trabalhista.

Não obstante, com o novo regionalismo latino-americano, sob a inspiração do modelo da União Europeia, Brasil e Argentina, durante sua fase de redemocratização nos anos 1980, estabeleceram aproximações para a criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), materializado no Tratado de Asunción, de 1991, incorporando também Uruguai e Paraguai em uma perspectiva de consolidação de uma união aduaneira entre os países envolvidos com a adoção de uma tarifa externa comum perante o bloco.<sup>4</sup>

Ao mesmo tempo, por parte dos interesses estadunidenses, em 1º de janeiro de 1994, Estados Unidos, Canadá e México iniciam a implementação do Nafta. Tal iniciativa solidifica uma área de livre-comércio, abrindo mão de qualquer discussão sobre mobilidade de mão de obra entre os países, pautando-se, exclusivamente, na liberdade e circulação de mercadorias e serviços. Arroyo (2004) comenta a estratégia estadunidense de ampliar os tratados de livre-comércio

3. Para o neoliberalismo nos países centrais, deve-se considerar os governos Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e Margareth Thatcher, no Reino Unido, nos anos 1980. Para uma leitura do programa neoliberal, ver Friedman (1985), Hayek (1987) e Williamson (2004).

4. Para mais detalhes sobre a formação do Mercosul, ver Albuquerque (1992), Campbell (2000) e Penã (2001).

(TLCs) na América Latina como forma de ampliar sua hegemonia financeira no subcontinente durante o desenrolar da década de 1990.

As instituições financeiras multilaterais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), impuseram o modelo neoliberal em quase todo o mundo por meio das chamadas políticas de ajuste estrutural: privatizações, redução do papel do Estado na economia, abertura das fronteiras ao comércio mundial e ao investimento estrangeiro. Os tratados de livre-comércio transformaram essas políticas em leis supranacionais, como disse um ex-diretor da Organização Mundial do Comércio (OMC): “Criaram uma Constituição Mundial dos direitos do Capital” (Arroyo, 2004, p. 42).

Nesse contexto, ainda no ano de 1994, o presidente Bill Clinton, durante a Cúpula das Américas,<sup>5</sup> propôs aos Estados presentes na reunião (todos os 34 países americanos, com exceção de Cuba), uma espécie de ampliação do modelo do Nafta aos demais Estados latino-americanos. Em síntese, Clinton defendia a promoção de uma área de livre-comércio em toda América Latina e Caribe, absorvendo e se sobrepondo, inclusive, aos blocos já existentes na região, como o Mercosul, Comunidade Andina (CAN) e Comunidade do Caribe (Caricom).

Lutas contrárias a esse modelo de integração econômica, que não levava em consideração uma agenda social de integração plena dos povos americanos, vieram à tona desde marcos institucionais, bem como de setores organizados a partir das classes subalternas em toda América Latina. No México, por exemplo, em 1994, os protestos neozapatistas do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), colocaram em xeque a dinâmica e a lógica da globalização neoliberal promovida, principalmente, pelo Nafta. Movimentos indígenas como a Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie) e os diversos movimentos populares na Bolívia também deram seu recado de rechaço ao neoliberalismo e às teses ligadas ao Consenso de Washington. Nesse último país, lutas importantes, como a Guerra d'água, na cidade de Cochabamba, em abril de 2000, foram importantes para desmontar a agenda de privatizações no país, assim como abriram caminho para a eleição de Evo Morales em 2005.<sup>6</sup>

Do ponto de vista institucional, essa guinada contrária ao neoliberalismo situa-se com a eleição do presidente venezuelano, Hugo Chávez Frias, em 1998, sob fortes protestos e novas articulações por parte das esquerdas na América Latina. Eleito com uma plataforma contrária aos modelos de integração vigentes até então na América Latina, Chávez estabelece uma nova Constituição para Venezuela em 1999 e anuncia o projeto de sua “Revolução Bolivariana”.<sup>7</sup> Em relação à política

5. Disponível em: <[http://www.ftaa-alca.org/summits/miami/declara\\_p.asp](http://www.ftaa-alca.org/summits/miami/declara_p.asp)>. Acesso em: 7 maio 2017.

6. Para um saldo do neoliberalismo em escala mundial e uma crítica marxista a esse modelo, ver Anderson (1995). Concomitante, do ponto de vista econômico, observar a crítica neokeynesiana elaborada por Stiglitz (2002).

7. Para um histórico introdutório e um breve panorama sobre a Revolução Bolivariana, consultar Maringoni (2008).

externa, o novo governo bolivariano, inspirado no ideário e nas lutas de Simon Bolívar no século XIX, promove uma inédita articulação para se pensar os modelos de integração na região. Rejeitando completamente os ditames do imperialismo estadunidense, concebidos no Nafta e na Alca, Chávez teve um importante papel na composição de um novo quadro de integração na América Latina a partir dos anos 2000. Com bandeiras claramente antineoliberais, de colocar o Estado a serviço do desenvolvimento econômico e sendo um agente fundamental no que diz respeito aos projetos de integração, iniciativas de negação à Alca vieram à tona em meados de 2004. Um exemplo disso se cristalizou na Alba. Diferentemente da Alca, cuja proposta era criar, essencialmente, um mercado comum para as Américas, não levando em consideração diversos outros fatores, a Alba, por sua vez, seria concebida em torno de ideias que não se baseiam, exclusivamente, na liberalização comercial dos países envolvidos, mas sim em uma visão de cooperação, bem-estar social e mútuo auxílio econômico entre os membros da aliança. Como alternativa à Alca, a Alba seria um espaço de integração social, política e econômica entre os povos da América Latina e do Caribe.

Em paralelo a esse processo, com a ascensão de governos progressistas na região a partir da eleição de Chávez, como Tabaré Vázquez no Uruguai (2004), Evo Morales na Bolívia (2005), Rafael Correa no Equador (2006), Daniel Ortega na Nicarágua (2006) e a promoção dos governos de Lula e Dilma no Brasil, somadas às atividades kirchneristas na Argentina, todas essas experiências convergiram para propostas que estabeleceram uma nova configuração dos blocos de integração sob um viés antineoliberal na região e pela criação de um “outro mundo possível”.<sup>8</sup>

Nesse cenário, cabe destacar a importância do naufrágio por completo da Alca, na IV Cúpula das Américas, sediada em Mar del Plata, na Argentina, em 2005, quando, praticamente, todos os chefes de Estado presentes recusaram a proposta de continuidade do bloco econômico.

Ainda em meio a essa onda de governos progressistas na região, firmou-se a criação da União de Nações Sul-americanas (Unasul), em 2008, como reflexo da antiga Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa), abrangendo os doze países sul-americanos. Outro importante avanço se deu na confecção da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), que irá projetar e ajudar a região globalmente em temas ligados ao respeito do direito internacional, à igualdade entre os Estados, ao respeito aos direitos humanos e à cooperação solidária entre os países, afirmando a América Latina como territórios de paz. Dessa forma, a Celac atuaria sob as bases da solidariedade, da inclusão social e da

---

8. Declaração do I Fórum Social Mundial, realizado em janeiro de 2001, na cidade de Porto Alegre, Brasil. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/2/1/carta-de-principios-do-foacuterum-social-mundial>>. Acesso em: 16 mar. 2023.

complementaridade entre seus Estados-membros como contraponto à influência dos Estados Unidos no interior da Organização dos Estados Americanos (OEA).

De qualquer maneira, diante dessa nova composição dos mapas de integração no continente, vale a pena destacar o papel do governo venezuelano em iniciativas integracionistas pertencentes à Alba. O objetivo deste trabalho, portanto, é discutir a proposta de criação da Petrocaribe, com o processo de internacionalização da Petróleos de Venezuela (PDVSA) ditado pelo chavismo a partir da alvorada do século XXI.

Como se sabe, nesse contexto, a política externa do governo chavista irá adotar maior atuação e influência sobre as áreas do Caribe e da América do Sul. Somada à proposta da criação da Unasul e da Alba, o governo bolivariano de Hugo Chávez também ingressará no Mercosul, com a solicitação de adesão em 2006, sendo a Venezuela ratificada como Estado-membro em 2012. Tanto no Mercosul e na Unasul, assim como na Alba, a Venezuela será um ator importante no campo das discussões da soberania energética e petrolífera (Benzi e Zapata, 2013; Canellas e Villani, 2014; Salas, 2016). Sendo considerado um Estado petroleiro, uma vez que o país concentra as maiores reservas petrolíferas mundiais, diversos projetos serão concebidos em torno da integração energética na América Latina, a partir da direção do governo bolivariano, via internacionalização de sua principal empresa estatal, a PDVSA.

## **2 PETROCARIBE, UM BRAÇO DA PETROAMÉRICA: AVANÇOS E ENTRAVES NA INTEGRAÇÃO PETROLÍFERA**

A Petrocaribe é uma aliança de cooperação energética baseada em um marco político e institucional entre alguns países do Caribe e da América Central com a República Bolivariana da Venezuela, com o objetivo de suprir e empregar recursos energéticos aos países envolvidos, impulsionando interesses como a soberania energética, o desenvolvimento socioeconômico, a cooperação e, sobretudo, a integração entre os Estados signatários. O documento oficial da organização define o acordo como a seguir.

Petrocaribe é um acordo de cooperação energética baseado em um marco político e institucional entre a República Bolivariana da Venezuela e países do Caribe, América Central e América do Sul, cujo objetivo é o fornecimento e uso de recursos energéticos, basicamente petróleo, para promover a segurança energética, o desenvolvimento socioeconômico, a integração e a cooperação entre os países signatários. É um esquema facilitador de políticas e planos energéticos, por meio da utilização dos recursos energéticos naturais e em benefício dos seus Estados-membros, que participa na coordenação e gestão das suas inter-relações energéticas (Sela, 2015, p. 3, tradução nossa).

O projeto foi concebido para que os países caribenhos e da América Central comprassem o petróleo venezuelano em condições de pagamento preferenciais preestabelecidas, uma vez que os custos de transporte do barril em navios estrangeiros à região caribenha elevavam os preços dos recursos de modo excessivo para os países compradores. Nesse cenário, o acordo da Petrocaribe previa a eliminação de todos os intermediários logísticos para que apenas as entidades dirigidas pelo bloco interviessem, especialmente concebendo a centralidade da companhia estatal venezuelana, a PDVSA, em conjunto com a coordenação dos governos dos países envolvidos. Tudo isso, em consonância com o Plan Nacional de Desarrollo Económico y Social de la Nación (2001-2007), lançado sob o primeiro mandato do presidente Hugo Chávez, que previa o equilíbrio entre os cinco pilares (econômico, social, político, territorial e internacional) para que a Venezuela aumentasse seu protagonismo no cenário internacional, cuja presença do país na

América Central e no Caribe, em questões ecológicas, pesqueiras e de exploração de hidrocarbonetos, também está associada ao objetivo de fortalecer a posição da Venezuela na economia internacional, aumentando tanto a internacionalização da economia venezuelana quanto as associações estratégicas (República Bolivariana de Venezuela, 2001, p. 156, tradução nossa).

Outro documento oficial importante para a formulação da Petrocaribe é o Proyecto Nacional Simón Bolívar (PNSB), em que é reafirmada a intenção da política externa venezuelana em “impulsar nuevos esquemas de cooperación económica y financiera para el apalancamiento del desarrollo integral y el establecimiento del comercio justo” (República Bolivariana de Venezuela, 2007, p. 44).

Criada em 2005, a partir do primeiro encontro energético de chefes de Estado e de governos do Caribe, na cidade de Puerto la Cruz, na Venezuela, o acordo do bloco foi subscrito, inicialmente, por doze países, estabelecendo um horizonte de cooperação sob bases justas, coordenadas, participativas e solidárias entre os signatários.<sup>9</sup> Atualmente, o acordo conta com dezenove Estados-membros, o que representa, aproximadamente, dois terços (66%) dos representantes da Celac.

**QUADRO 1**  
**Países-membros da Petrocaribe**

País	Ano
Antigua e Barbuda	2005
Bahamas	-
Belize	-

(Continua)

9. Para o histórico da criação da Petrocaribe, ver o último informe oficial publicado pelo Sistema Económico Latinoamericano y del Caribe (Sela, 2015).

(Continuação)

País	Ano
Cuba	-
Dominica	-
Granada	-
Guiana	-
Jamaica	-
República Dominicana	-
San Cristóvão e Névis	-
São Vicente e Granadinas	-
Santa Lúcia	-
Suriname	-
Venezuela	-
Haiti	2007
Nicarágua	-
Honduras	2008
Guatemala	2012
El Salvador	2014

Fonte: Sela (2015).

Obs.: (-) diz respeito aos países que se tornaram signatários e subscreveram o acordo da Petrocaribe desde o momento de sua fundação, em 2005.

Vale destacar que o projeto da Petrocaribe seria uma espécie de piloto para a integração energética envolvendo todo o continente. Enquanto esse primeiro bloco estaria ligado no âmbito da Alba, dois novos projetos deveriam vir à tona integrando o CAN e o Mercosul: a Petroandina e a Petrosul, respectivamente. Com esse novo arranjo institucional entre Petrocaribe-Caricom, Petroandina-CAN e Petrosul-Mercosul, o ambicioso projeto venezuelano passaria por uma integração de todos os blocos presentes na região com a criação da Petroamérica.<sup>10</sup>

Além de vislumbrar a integração energética em todo continente americano, a partir da protagonismo venezuelano e sua Estatal (a PDVSA), a Petroamérica projetaria, em termos estratégicos, uma maior inserção da América Latina nos debates sobre os mercados petrolíferos internacionais. Salas (2016) comenta a idealização do grande projeto estratégico chavista na integração energética continental a partir das particularidades de cada bloco.

Assim, a Petrocaribe abrange os países insulares do Caribe – com exceção de Trinidad e Tobago e Barbados –, Guiana e Suriname. A Petrosul inclui os países do Mercosul; e da Petroandina: participam os Estados-membros da Comunidade Andina de Nações (CAN). Em todos esses mecanismos, a Venezuela participa com

10. Para mais informações sobre a Petroamérica, ver Mayobre (2009).



papel financiador, nos termos e nas premissas estabelecidas no Projeto Nacional Simón Bolívar, Primeiro Plano Socialista da Nação (2007-2013). A Petrocaribe é um acordo de cooperação energética que tem o objetivo de resolver as assimetrias no acesso aos recursos energéticos, por meio de um novo esquema de intercâmbio favorável, equitativo e justo entre os países da região do Caribe. Já a Petroandina é uma aliança estratégica de entidades estatais de petróleo e energia dos países da CAN para promover a interligação elétrica e de gás, a provisão mútua de recursos energéticos e o investimento conjunto em projetos. A Petroamérica é uma iniciativa que fundamenta a proposta Alba, que representa um esquema de integração mais amplo e está dividido por região. Enquanto na Petrosur predomina a complementaridade e a capacidade política e comercial, na Petrocaribe predomina a solidariedade e a cooperação e na Petroandina, a aliança estratégica estatal (Salas, 2016, p. 141, tradução nossa).

De qualquer maneira, vale ressaltar que essas articulações deveriam ser concebidas em conjunto com as diversas empresas nacionais já atuantes no mercado petrolífero latino-americano, como o caso, por exemplo, da Petrobras, no Brasil, a Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), na Argentina e a Petróleos Mexicanos (Pemex), no México.<sup>11</sup> Nesse sentido, cabe dizer que, em meio às dificuldades de articulações políticas e econômicas, o único projeto de maior prosperidade por parte da política externa bolivariana e ainda em curso nos dias atuais é a configuração da Petrocaribe.

Desenvolvida a partir de um esquema de cooperação e complementaridade energética entre os países caribenhos, a Petrocaribe foi concebida em uma aliança que gira em torno de dois pilares, conforme a seguir descrito.

- 1) A solidariedade de um país superavitário em energia, como o caso da Venezuela, que possui uma economia extremamente dependente das divisas do petróleo, e a demanda de países do acordo com fontes escassas de recursos energéticos.
- 2) Conjuntamente, o reconhecimento de assimetrias entre um país de desenvolvimento mediano, tal como a Venezuela, e o entendimento das demandas e necessidades de Estados menores de tamanho e desenvolvimento relativo, como são os restantes dos países que participam do acordo (Sela, 2015, p. 3).

Dentro dessas premissas, a Petrocaribe projeta a ideia de segurança e soberania energética local e desenvolvimento socioeconômico a partir de diferentes estratégias e atividades conforme o que se segue.

- Oferta de fornecimento de energia, com arranjo financeiro que permita apoiar projetos sociais e socioprodutivos.
- Construir infraestrutura para a gestão de hidrocarbonetos em cada país. Melhorar o acesso à eletricidade, aumentando a capacidade de geração.

---

11. Sobre as empresas petrolíferas na América Latina, ver Mansilla (2008).

- Promover a transferência de tecnologia e intercâmbio de conhecimento, com a criação de *joint ventures* binacionais e grandes nacionais.
- Expandir as capacidades de refino e petroquímica na região. Promover projetos de economia de energia e uso de energia renovável.
- Facilitar o acesso ao gás, com a instalação de bombas de liquefação, regaseificação e enchimento para uso doméstico. Estimular a produção local, por meio da troca de bens e serviços por hidrocarbonetos.
- Fornecer fertilizantes a preços solidários. Apoiar a produção local de alimentos, com financiamento para setores agroprodutivos (Sela, 2015, p. 7, tradução nossa).

Quanto ao funcionamento institucional e administrativo, o bloco é dirigido, prioritariamente, com as cúpulas de chefes de Estado e governo dos países da Petrocaribe e o Conselho Ministerial, que envolve e integra os ministros de Energia dos países-membros.

**QUADRO 2**  
**Cúpulas de chefes de Estado e governo da Petrocaribe**

Número	Ano	País sede
I	2005	Venezuela
II	2005	Jamaica
III	2007	Venezuela
IV	2008	Cuba
V	2008	Venezuela
VI	2009	São Cristóvão e Névis
VII	2012	Venezuela
VIII	2013	Nicarágua
IX	2015	Venezuela

Fonte: Sela (2015, p. 10).

**QUADRO 3**  
**Conselhos ministeriais da Petrocaribe (2013-2015)**

Número	Ano	País sede
X	2013	Nicarágua
XI	2013	Haiti
XII	2013	Venezuela
XIII	2014	El Salvador
XIV	2014	Venezuela
XV	2015	Venezuela

Fonte: Sela (2015, p. 11).

Em matéria de financiamento, o governo venezuelano propõe uma escala de pagamentos junto às faturas petroleiras de forma preferencial e com longo prazo, tomando como base o preço do petróleo cru no mercado internacional. Há uma previsão durante os empréstimos de dois anos de carência até o início do pagamento das cotas que pode ser realizado de 17 a 25 anos, dependendo do caso, reduzindo os juros a 1% se o preço do petróleo superar US\$ 40 por barril no mercado internacional. Ao mesmo tempo, a curto prazo, os pagamentos podem variar entre trinta e noventa dias.

Vale mencionar que o governo bolivariano abriu a opção de cancelar parte dos pagamentos dos empréstimos com produtos de gênero primário para suprir seu mercado interno. Entre os produtos envolvidos nas compensações, estão arroz, açúcar ou quaisquer outros bens e serviços que sejam utilizados no país. Cuba, por exemplo, firmou parcerias importantes, em que paga parte de sua fatura com serviços médicos que foram fundamentais na criação da Missão Barrio Adentro, que levava médicos para as zonas periféricas da Venezuela.<sup>12</sup> A tabela 1 mostra os produtos recebidos como compensação da fatura petroleira.

TABELA 1

**Produtos recebidos pela Venezuela como compensação da fatura petroleira (2012 e 2013)**

País	Produto	Unidade	Quantidade recebida	
			2013	2012
Guiana	Arroz branco	TM <sup>1</sup>	118.395	66.143
	Arroz paddy	TM	102.702	146.141
Nicarágua	Azeite	TM	23.874	27.128
	Açúcar	TM	173.318	187.014
	Café	TM	40.669	90.090
	Feijão	TM	11.601	14.480
	Carne	TM	30.619	39.400
	Leite UHT	TM	17.562	25.774
	Leite UHT aromatizado	TM	4.648	1.137
	Leite desnatado	TM	1.1301	1.066
	Lombo de atum	TM	-	135
	Azeite de palma	TM	35.466	5.427
	<i>Stabilak</i> <sup>2</sup>	TM	-	1
	Arroz paddy	TM	20.000	103.415
	Sementes de feijão	TM	175	1.322
Novilhos	Unidade	21.725	21.362	
Novilhas	Unidade	781	750	

(Continua)

12. Convênio de cooperação entre Cuba e Venezuela, firmado em 30 de outubro de 2000. Disponível em: <<https://docs.venezuela.justia.com/federales/leyes-internacionales/convenio-integral-de-cooperacion-entre-la-republica-d-cuba-y-la-republica-bolivariana-de-venezuela.pdf>>.

(Continuação)

País	Produto	Unidade	Quantidade recebida	
			2013	2012
República Dominicana	Açúcar líquido	TM	11.544	5.142
	Ração para animais	TM	20.896	-
	Macarrão	TM	7.807	10.854
Jamaica	Clínquer	TM	19.640	-
<b>Total</b>		<b>TM</b>	<b>650.217</b>	<b>724.668</b>
		<b>US\$</b>	<b>22.506,00</b>	<b>22.112,00</b>

Fonte: PDVSA (2014 *apud* Sela, 2015, p. 22).<sup>13</sup>

Notas: <sup>1</sup> TM – tonelada métrica.

<sup>2</sup> Produto para conservação de leite.

Nessa perspectiva, cabe salientar que, de acordo com dados oficiais, no fechamento de 2014 foi compensado um total de US\$ 3.247 milhões a partir desses produtos destinados. Essa cifra foi corroborada, por exemplo, com a participação jamaicana no clínquer, produto empregado massivamente na Venezuela para construções de infraestrutura e utilizado, especialmente, na Missão Vivenda, programa social venezuelano para a construção de moradias populares, criado no governo Chávez em 2011. Ainda em termos das compensações, novos produtos foram incorporados ao sistema desde 2014, colaborando para o não desabastecimento venezuelano diante da atual crise econômica. Entre os produtos que foram agregados, estão a farinha de soja e outros produtos alimentícios. Somado a isso, o acordo também estabeleceu a criação de uma empresa, filial da PDVSA, responsável pela operacionalização do bloco: a PDV Caribe.

Dentro desse propósito, a PDV Caribe coopera diretamente com as empresas locais em nível de intercâmbio de tecnologias, organização de uma rede logística e, ao mesmo tempo, a refinação e armazenamento de combustíveis e derivados, investindo em capacitações profissionais e no uso de energias renováveis. Um exemplo disso se materializou na criação de onze empresas mistas juntamente com países-membros, que puderam expandir suas atividades petrolíferas. Além dessas mistas, o projeto foi responsável também pela promoção da PDV Cuba, filial da PDV Caribe, que se constituíram em cinco empresas atuantes na ilha caribenha.

13. PDVSA – Petróleos de Venezuela. *Informe de gestión anual*. Caracas: PDVSA, 2014.

**QUADRO 4**  
**Empresas estatais mistas da Petrocaribe**

País	Empresa	Constituição
Belize	Alba Petrocaribe (Belize Energy) Limited	55% PDV Caribe S/A; 45% Belize Petroleum and Energy Limited
Dominica	PDV Caribe (Dominica) Ltd.	55% PDV Caribe S/A; 45% Dominica National Petroleum Company Ltd
El Salvador	Alba Petróleos El Salvador, S.E.M.	60% PDV Caribe S/A; 40%; Energía para El Salvador (Enepasa)
Granada	PDV Grenada Ltd.	55% PDV Caribe S/A; 45% Petrocaribe Grenada Ltd.
Haiti	Société d'investissement Petion Bolívar S/A	49% PDV Caribe S/A; 49% Estado haitiano
Jamaica	Petrojam Limited	49% PDV Caribe S/A; 51% Petroleum Corporation of Jamaica
Nicarágua	Alba de Nicaragua S/ A	51% PDV Caribe S/A; 49% Empresa Nicaraguense de Petróleo (Petronic)
República Dominicana	Refinería Dominicana de Petróleo S/A	49% PDV Caribe S/A; 51% Estado dominicano
São Cristóvão e Névis	PDV St. Kitts Nevis Limited	55% PDV Caribe S/A; 45% St. Kitts and Nevis Energy Company Limited
São Vicente e Granadinas	PDV Saint Vicent and the Grenadines Ltd	55% PDV Caribe S/A; 45% Petrocaribe St. Vincent and the Grenadines (SVG) Limited
Suriname	PDV Suriname N.V.	50% PDV Caribe S/A; 50% Surfuel
	PDVSA Cuba S/A	100% PDV Caribe
	Cuvenpetrol S/A	49% PDVSA Cuba S/A; 51% Comercial Cupet S/A
Cuba	Transportes del Alba Inc.	50% PDVSA Cuba S/A; 50% International Maritima S/A
	Trocana World Inc.	50% PDVSA Cuba S/A; 50% Wagoneer International Limited
	Tovase Development Corp.	50% PDVSA Cuba S/A; 50% Variation Limited
	Cuvenpeq S/A	14% PDVSA Cuba S/A; 51% Grupo Empresarial de la Industria Química (GEIQ); 35% Pequiven S/A

Fonte: Sela (2015, p. 14).

Por fim, vale destacar a criação do Fundo Alba e do Fundo Alba para Alimentos, dois projetos para programas socioeconômicos que priorizem o acesso à saúde, educação e cidadania de que o Estado venezuelano seria financiador majoritário; assim como de um fundo para fomentar projetos produtivos que estimulem o desenvolvimento econômico mediante a criação de cooperativas para pequenas e médias empresas industriais. O Fundo Alba para Alimentos, por sua vez, seria responsável por contribuir com a autossuficiência alimentar por meio do apoio financeiro à produção agrícola sustentável, principalmente um crédito subsidiado destinado aos pequenos e médios produtores rurais dos países signatários do acordo.

Como um balanço dos projetos implementados, em seus documentos oficiais, a Petrocaribe registrou um total de 432 projetos executados, que representam uma interversão financeira por volta US\$ 3.994 milhões, desde o início das suas atividades até 2014. O setor domiciliário (eletricidade, água potável e gás doméstico) representa o principal destino desses recursos, ao receber cerca de 34% das quantias destinadas ao projeto, com um montante de US\$ 1.326 milhões, seguido pela habitação (21%) e o setor de fortalecimento institucional com 12% dos recursos (Sela, 2015).

TABELA 2  
Projetos de intervenção da Petrocaribe

Setor/atividade	Número de projetos	% total da intervenção
Setores domiciliários	41	34
Habitação, <i>habitat</i> e estradas	115	21
Fortalecimento institucional	44	12
Setores produtivos	33	11
Agricultura e alimentação	45	10
Educação	31	4
Ambiente	23	2
Previdência e assistência social	19	2
Serviços públicos	20	2
Cultura e esporte	50	1
Saúde	11	1
<b>Total</b>	<b>432</b>	<b>100</b>

Fonte: Sela (2015, p. 20).

Em síntese, diante dos avanços desses projetos com a implementação da Petrocaribe, como pensar o futuro do bloco mediante a crise econômica que se abate sobre o país bolivariano? Mais do que isso, quais são as perspectivas e tendências para o futuro da Petrocaribe? Para responder essas perguntas, na parte final, esboçaremos um balanço das atividades realizadas, bem como apontaremos algumas contradições e entraves que criam dificuldades para alavancar a integração energética na região.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS: BALANÇO E DESAFIOS DIANTE DAS FRAGILIDADES DA REVOLUÇÃO BOLIVARIANA

Conforme destacado por Fuser (2013), o petróleo pode ser entendido como um forte elemento de poder para se pensar as relações internacionais. Diferentemente de Huntington (1997), que previa “um choque de civilizações” com disputas religiosas-culturais após o período da Guerra Fria, Klare (2001; 2004), por sua vez, defende que os conflitos geopolíticos estarão cada vez mais atrelados ao objetivo

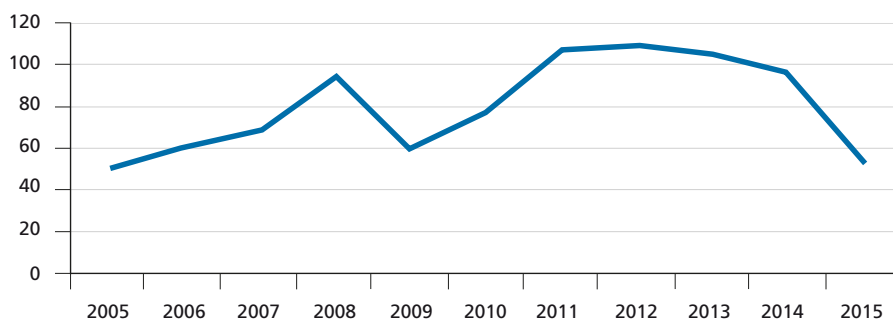
de controlar os recursos naturais. Segundo ele, a questão central não é o “choque de civilizações”, mas sim a disputa por recursos naturais, entre as potências e os países emergentes, quanto a essa temática.

Com o início da revolução bolivariana a partir de 1998, pode-se dizer que o Estado venezuelano recuperou sua soberania petroleira, implementando um projeto de maior controle na atuação da PDVSA. De qualquer maneira, o modelo venezuelano de forte dependência de tais recursos se depara com as oscilações do mercado internacional e as variações dos preços do barril no interior da configuração do “sistema mundial”.<sup>14</sup>

Do ponto de vista da chamada teoria da dependência, a Venezuela, como um Estado petroleiro dependente, estaria cada vez mais condicionada às flutuações dessas remessas petrolíferas em escala mundial (Furtado, 2008). Conforme já sinalizado por diversos autores,<sup>15</sup> a pergunta que permeia o país bolivariano é: como superar as condições de atraso, dependência e subdesenvolvimento estruturantes da economia venezuelana em meio a um cenário de profunda crise nos preços do petróleo?

Frente a essa questão, se faz necessário evidenciar as quedas dos preços do petróleo durante os últimos anos. De acordo com os dados da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), o preço do barril de petróleo, nos últimos três anos, caiu bruscamente, de taxas que ultrapassavam US\$ 100 o preço do barril, em 2013, para uma média anual de menos de US\$ 50 o barril, no fechamento de 2016.

GRÁFICO 1  
Comportamento dos preços do petróleo (2005-2015)  
(Em US\$ por barril)



Fonte: Opep (2015 *apud* Sela, 2015).<sup>16</sup>

14. Para esse conceito, ver Arrighi e Silver (2001) e Wallerstein (2011).

15. Para o mapeamento das diversas tendências das teorias da Dependência, ver Santos (2000) e Martins (2011).

16. *Opec basket price Data 2005-2015*. Disponível em: <[http://www.opec.org/opec\\_web/en/data\\_graphs/40.htm](http://www.opec.org/opec_web/en/data_graphs/40.htm)>. Acesso em: 25 nov. 2017.

Em meio a tal conjuntura de profunda crise econômica e política, e disputa entre os interesses dos Estados Unidos na Venezuela, com Rússia, Irã e China<sup>17</sup> também envolvidos na crise venezuelana, os recursos e os negócios petrolíferos entre os países não param. Mesmo sob a administração Donald Trump, que não descartou uma possível intervenção militar na Venezuela, Washington continua sendo o maior comprador do petróleo venezuelano por um valor diário por volta de US\$ 32,2 milhões (Faus, 2017). Talvez isso explique, em partes, o porquê de o imperialismo<sup>18</sup> estadunidense ter seus olhos tão atentos ao país bolivariano. Vale dizer que a crise da PDVSA, e consequentemente da Petrocaribe, coloca em condição de vulnerabilidade o processo de integração energética na região. Em síntese, as crises (política, econômica e social) que se manifestaram na Venezuela durante os últimos anos também comprometeram a política externa do país, fragilizando, por exemplo, iniciativas como a Petrocaribe e o desejo de formulação de um amplo bloco de integração energética a partir da Petroamerica.

Novamente submersa nessa situação de profunda instabilidade e mesmo apresentando resultados positivos também no campo de armazenamento e refinação, durante os primeiros anos do acordo, a crise político-econômica também apresentou seus reflexos na Petrocaribe. Com a queda drástica a partir de 2013, o governo venezuelano iniciou, em 2014, um corte de cerca de 15% das remessas destinadas à Petrocaribe. No caso de Cuba, houve uma redução entre 23% e 32% em relação aos 104 mil barris diários exportados em 2013. Isso contrasta com a política de 2013, em que Caracas havia aumentado em 21% as remessas em relação a 2012. Naquele ano, o fornecimento ao bloco alcançou 400 mil barris diários, sobre os quais a Venezuela estabelecia uma carência de dois anos, com juros de 2%, recebendo também parte do pagamento em serviços e suprimentos para conter o crescente desabastecimento. Atualmente, são enviados cerca de 200 mil barris diários à Petrocaribe e 55 mil a Cuba, metade do que em 2012 (Meza, 2015).

Essa redução dos investimentos e o esgotamento das reservas venezuelanas fazem com que os dois maiores desafios da Petrocaribe fiquem, basicamente, estagnados. O primeiro deles, a consolidação da Zona Econômica Petrocaribe (ZEP), cuja finalidade seria aproveitar, em termos estratégicos, as cadeias produtivas dos países envolvidos para dinamizar o comércio na região e suprir necessidades a partir de vantagens comparativas entre os membros. Em segundo lugar, como projeto mais ambicioso, a formulação da Zona Complementar Petrocaribe Alba-TCB-Mercosul-Caricom, com o objetivo de fortalecer as relações e o projeto de integração no continente com os processos regionais em curso, promovendo, assim, uma nova maneira de fomentar a integração, de maneira justa, solidária e

---

17. Sobre as relações entre China e Venezuela, ver Castillo (2020).

18. Para o conceito de imperialismo, tomamos como base as ideias centrais de Lenin (1966) e sua atualização em Harvey (2003).



de aproveitamento de complementaridade entre as nações envolvidas. Entre os principais aspectos dessa proposta, cuja intensão é promover uma maior articulação entre os tratados já existentes (Alba, Mercosul e Caricom), deve-se destacar os que se seguem.

- 1) Aumento do comércio de bens originários.
- 2) Avaliação dos acordos comerciais e legislação celebrados de forma a identificar coincidências no regime regulamentar das disciplinas comerciais, potencialidades comerciais e complementaridade econômica entre elas.
- 3) Definição de programas conjuntos de cooperação com o objetivo de identificar e desenvolver projetos de complementaridade econômica.
- 4) Desenho de mecanismos que assegurem um maior equilíbrio nas trocas comerciais, tendo em conta a necessidade de reduzir as assimetrias econômicas existentes entre as partes.
- 5) Articulação entre empresas públicas e privadas dos Estados-membros dos processos regionais intervenientes, por meio de projetos de integração produtiva, para promover a melhoria da produtividade e a complementaridade econômica.
- 6) Promoção de projetos conjuntos, alianças e associações estratégicas para o desenvolvimento da ciência e tecnologia aplicada à inovação nos processos produtivos.
- 7) Promoção do desenvolvimento das pequenas e médias empresas, cooperativas e empresas dos Estados-membros e dos processos regionais intervenientes.
- 8) Intensificação do comércio regional, principalmente de produtos de maior valor agregado.
- 9) Organização de feiras, missões e exposições, além de atividades complementares que ampliem as relações comerciais entre os respectivos setores produtivos dos Estados-membros dos processos regionais intervenientes.
- 10) Desenvolvimento de ações voltadas para a criação de capacidades para gerar e assimilar novos conhecimentos nos setores tecnologicamente mais dinâmicos da região.
- 11) Divulgação dos programas de cooperação e assistência técnica executados pelos Estados-membros dos processos regionais intervenientes que promovam a criação de emprego e a melhoria das condições de vida da população (Sela, 2015, p. 36-37, tradução nossa).

Benzi (2017) comenta as fragilidades do processo bolivariano para a formulação da Alba. Para o autor, o projeto contra-hegemônico de integração, não se concretizou em função: i) da lógica rentista da política externa venezuelana e, principalmente, das fragilidades econômicas do projeto bolivariano; ii) das limitadas possibilidades de complementação econômica entre matrizes produtivas primário-exportadoras nos países da América Latina; iii) da difícil relação dos movimentos sociais com os governos progressistas na questão do neoextrativismo (Gudynas, 2009); e iv) da ausência de uma perspectiva político-ideológica clara a respeito dos caminhos da integração latino-americana. Atualmente, a retomada dos preços do petróleo no mercado internacional e a nova correlação de forças políticas na América do Sul, com a chegada de governos de centro-esquerda no Brasil e na Argentina, podem romper com o isolamento venezuelano na região dos últimos anos. Isso também pode se configurar como uma nova etapa da integração latino-americana, em que a Venezuela seja uma peça estratégica diante do fornecimento de energia e petróleo diante das disputas colocadas no sistema internacional.

Em resumo, com um balanço de acesso aos recursos energéticos e o intercâmbio comercial sob novas modalidades de integração, a Petrocaribe assegurou a disponibilidade energética aos seus países-membros, concedendo petróleo em condições preferenciais às nações envolvidas. Mais do que isso, o acordo representou um verdadeiro marco como mecanismo de cooperação a partir da complementaridade, garantindo o abastecimento energético e programas que transcendem o simples intercâmbio comercial (por exemplo: PDV Caribe, Fundo Alba Caribe e os projetos de infraestrutura e desenvolvimento). Com o projeto bolivariano em disputa na contemporaneidade, vale a pena destacar os avanços conquistados a partir da Petrocaribe. Formular pesquisas a respeito desse importante acordo e colocar em evidência os êxitos integracionistas do projeto bolivariano se faz cada vez mais necessário para se pensar uma América Latina unida, solidária e soberana.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon de. Mercosul: integração regional pós-Guerra Fria. **Política Externa**, v. 1, n. 2, 1992.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In*: EMIR, Sader; GENTILI, Pablo Gentil (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estado democrático. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; UFRJ, 2001.

ARROYO, Alberto. Nafta: recordando o que virá com a Alca. *In*: CAMPANHA JUBILEU SUL/BRASIL (Org.). **Livre comércio**: o que está em jogo? São Paulo: Paulinas, 2004.

BENZI, Daniele. **Alba-TCP**: anatomia de la integración que no fue. Quito: UASB, 2017.

BENZI, Daniele; ZAPATA, Ximena. Geopolítica, economía y solidaridad internacional en la nueva Cooperación Sur-Sur: en caso de la Venezuela bolivariana y Petrocaribe. **América Latina Hoy**, n. 63, 2013.

CAMPBELL, Jorge (Org.). **Mercosul**: entre a realidade e a utopia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

CANELLAS, Florência López; VILLANI, Davide. El acuerdo Petrocaribe en el marco de la Cooperación Sur-Sur y su relevancia política y económica. **Anuario de Integración**, n. 10, 2014. Disponível em: <<http://www.cries.org/wp-content/uploads/2014/11/7-Canellas-Villani.pdf>>.

CASTILLO, Charles Giuseppe. China e Venezuela: cooperação econômica e outras alianças bilaterais durante a era Chávez. **Revista Tempo do Mundo**, n. 24, p. 403-434, 2020.

FAUS, Joan. Apesar das farpas, negócio do petróleo entre Venezuela e EUA não para. **El País**, 30 maio 2017. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/29/internacional/1496017333\\_399364.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/29/internacional/1496017333_399364.html)>. Acesso em: 25 nov. 2017.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FURTADO, Celso. **Ensaio sobre a Venezuela**: subdesenvolvimento com abundância de divisas. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FUSER, Igor. **Energia e relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2013.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extrativismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. *In*: CAAP – CENTRO ANDINO DE ACCIÓN POPULAR DE ECUADOR; CLAES – CENTRO LATINO AMERICANO DE ECOLOGIA SOCIAL. **Extractivismo, política y sociedad**. Quito: Claes; Caap, p. 187-225, 2009.

HARVEY, David. **The new imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. 4. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; Instituto Liberal, 1987.

HUNTINGTON, Samuel. **O choque das civilizações e a recomposição da nova ordem mundial**. São Paulo: Objetiva, 1997.

KLARE, Michael. **Resource wars: the new landscape of global conflict**. New York: Metropolitan Books; Henry Holt and Company, 2001.

\_\_\_\_\_. **Blood and oil: the dangers and consequences of America's growing dependency on imported petroleum**. New York: Metropolitan Books; Henry Holt and Company, 2004.

LENIN, Vladimir. O imperialismo: estágio superior do capitalismo. *In*: \_\_\_\_\_. **Obras escolhidas**. Lisboa; Moscou: Editorial Progresso, 1966.

MANSILLA, Diego. Petroleras estatales en América Latina: entre la transnacionalización y la integración. **Revista del CCC**, n. 2, jan./abr. 2008.

MARINGONI, Gilberto. **A revolução venezuelana**. São Paulo: Unesp, 2008.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAYOBRE, Eduardo. **La propuesta Petroamérica y la integración energética en América Latina y el Caribe**. Caracas: ILDIS, 2009.

MEZA, Alfredo. Venezuela corta remessa de petróleo à Petrocaribe e Cuba. **El País**, 28 mar. 2015. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/28/internacional/1427506568\\_128177.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/28/internacional/1427506568_128177.html)>. Acesso em: 25 nov. 2017.

PENÁ, Felix. Mercosul: análise de uma década e tendências para o futuro. **Política Externa**, v. 10, n. 1, 2001.

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. Constitución de la República Bolivariana de Venezuela. **Gaceta Oficial Extraordinaria**, n. 36860, 30 dez. 1999.

\_\_\_\_\_. **Líneas generales del plan de desarrollo económico y social de la nación 2001-2007**. Caracas: Presidencia de la República, 2001.

\_\_\_\_\_. **Proyecto Nacional Simón Bolívar: primer plan socialista – desarrollo económico y social de la nación 2007-2013**. Caracas: Presidencia de la República, 2007.

SALAS, Ana Sofia Garcaia. Política exterior de Venezuela para América Latina durante el gobierno de Hugo Chávez. **Cadernos Prolam/USP**, v. 15, n. 28, p. 125-143, 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/119747>>.

SANTOS, Theotônio dos. **A teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SELA – SISTEMA ECONOMICO LATINOAMERICANO Y DEL CARIBE. **Acuerdo de cooperación energética Petrocaribe**. Caracas: Sela, jun. 2015. (SP/Di n. 6-15).

STIGLITZ, Joseph. **Globalization and its discontents**. New York: W.W. Norton and Company, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Modern world-system I**. California: University of California Press, 2011.

WILLIAMSON, John. The strange history of the Washington consensus. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 27, n. 2, p. 195-206, 2004.

